



LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS-UFR

Talitta Tatiane Martins Freitas¹

Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa²

Eixo do trabalho: () Pesquisa concluída ou em andamento; () Projeto de extensão concluído ou em andamento; (X) Relato de experiência.

Resumo

Esta comunicação tem como objetivo fazer um relato de experiência sobre o processo de criação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, proposto pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Rondonópolis, aprovado no edital CAPES PARFOR Equidade em 2023. Compreendendo que o estado do Mato Grosso é, em essência, território indígena, atualmente com 43 etnias distintas, a criação de um curso intercultural voltado para a formação exclusiva de professores(as) indígenas busca não apenas atender o que determina os dispositivos legais, mas, especialmente, representa uma ferramenta poderosa de transformação e inclusão, consolidando os direitos dos povos indígenas e promovendo uma educação que é, ao mesmo tempo, diferenciada e integradora. Para a elaboração do PPC, a Comissão responsável se reuniu com lideranças indígenas de cinco etnias do Estado (Boe, Xavante, Bakairi, Tapirapé e Kanela.), bem como promoveu visitas presenciais às escolas localizadas em diferentes Terras Indígenas. A aproximação e o diálogo no momento de criação do curso buscou, por um lado, atender o que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como a RESOLUÇÃO Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que em seu Art. 8º determina que os cursos de formação de professores(as) indígenas devem ser construídos de modo coletivo, possibilitando uma ampla participação dos povos indígenas envolvidos com a proposta formativa e a valorização dos seus conhecimentos e saberes. Por outro lado, o diálogo estabelecido permitiu conhecer as realidades e especificidades dessas etnias, especialmente no que diz respeito à oferta de ensino básico e à formação dos(as) professores(as) atuantes em escolas localizadas nas Terras Indígenas do entorno de Rondonópolis. Essa premissa dialógica e intercultural é o que dá corpo a este projeto, que atualmente atende a trinta estudantes, mas que se pretende ampliar com a efetivação desta graduação dentre os cursos regulares ofertados pela UFR.

Palavras-chave: Interculturalidade, Povos indígenas, Licenciatura.

¹ Docente do curso de História, da Universidade Federal de Rondonópolis. Coordenadora Institucional do PARFOR UFR. Membro da comissão de elaboração do PPC do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFR. E-mail: talitta.freitas@ufr.edu.br

² Docente do curso de História, da Universidade Federal de Rondonópolis. Coordenadora do projeto “Saberes Indígenas na Escola”. Membro da comissão de elaboração do PPC do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFR. E-mail: beatriz.oliveira@ufr.edu.br



INTRODUÇÃO



A formação superior de populações indígenas é um tema emergente e essencial para o fortalecimento das comunidades originárias no Brasil. No contexto da educação brasileira, os cursos de Licenciatura Intercultural Indígena surgem como uma resposta à necessidade de oferecer uma educação que valorize, respeite e integre os conhecimentos tradicionais das comunidades indígenas ao ensino formal, promovendo a autonomia e o desenvolvimento sustentável desses povos. No estado de Mato Grosso, onde há uma significativa diversidade étnica e uma forte presença indígena, a implementação de tais cursos reveste-se de particular importância, não só para a preservação da identidade cultural, mas também para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à inclusão e à justiça social.

No Brasil, a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 garantiram o direito à educação diferenciada e específica para os povos indígenas. Esse direito, porém, só começou a ser amplamente implementado a partir dos anos 2000, quando cursos de Licenciatura Intercultural Indígena foram introduzidos em diversas universidades federais e estaduais do país. Esses cursos buscam formar professores(as) indígenas que possam atuar nas escolas de suas comunidades com uma abordagem pedagógica que respeite suas tradições e saberes.

Os cursos de Licenciatura Intercultural Indígena são projetados para que os próprios indígenas se tornem protagonistas na educação de suas comunidades, rompendo com um histórico de educação colonialista que tendia a apagar identidades culturais. Ao formar professores(as) indígenas, esses cursos garantem que o conhecimento seja transmitido em língua materna e adaptado às especificidades culturais de cada povo, o que fortalece a identidade cultural e promove o desenvolvimento social e econômico das comunidades indígenas.

Diante desse grande desafio, a criação do curso em Licenciatura Intercultural Indígena, proposto pelo Instituto de Ciência Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Rondonópolis, aprovado pelo edital CAPES PARFOR Equidade, representou um grande avanço no que diz respeito ao acesso à uma educação intercultural diferenciada e que considera, desde a sua elaboração, as especificidades étnicas que compõem o estado. Sob esse prisma, buscaremos apresentar alguns dos pressupostos que fundamentam o projeto de curso atualmente em vigência.

Desenvolvimento

O Estado de Mato Grosso abriga em seu território um grupo muito representativo da diversidade sociocultural de povos indígenas, com mais de 58 mil pessoas autodeclaradas indígenas (IBGE, 2022), em cerca de 43 etnias localizadas em 78 Terras Indígenas – em diferentes fases de demarcação e reconhecimento (Ricardo; Ricardo, 2006). O Censo 2022 ainda verificou a existência de 575 agrupamentos indígenas no estado, além de 154 localidades indígenas em cerca de 90 municípios. O Parque do Xingu é, atualmente, a maior área indígena no estado, abrigando 14 etnias em seus 2.642.004 ha, o que corresponde a mais de 5 mil habitantes. Trata-se, portanto, de um estado pluricultural e multilinguístico que, há séculos, têm travado batalhas para a efetivação de direitos básicos, como o de acesso à terra, respeito aos seus modos de vida e a implementação de programas educacionais específicos, que respeitem as especificidades, vivências e cosmologias de cada etnia, através da qualificação e habilitação diferenciadas, em nível superior, de professores(as) indígenas para atuação nas diversas escolas (indígenas, rurais) localizadas nas Terras indígenas de Mato Grosso.

Essa diversidade de identidades tem resistido e sobrevivido a um violento processo de colonização que, desde meados dos anos de 1700, com a chegada dos bandeirantes, dizimou milhares de indígenas, em um processo genocida que engloba não apenas a morte física, mas também as questões linguísticas, culturais, sociais, cosmologias, modos de produção e de se relacionar com o território. Seja através da escravização em busca de mão-de-obra, seja através de políticas públicas “nacionalistas” migratórias que incentivam a ocupação dos ditos “espaços vazios” em Mato Grosso, especialmente impulsionada pelos governos militares, é fato que em nome de uma pretensa “modernização”, do desenvolvimento e da expansão das fronteiras agrícolas – a exemplo dos programas, anos 1970-90, de incentivo como Polocentro, Proterra, Prodecir e outros – os territórios ocupados pelos povos originários do estado foram considerados como espaços “vazios de identidades”, mas com grande potencial de exploração de recursos naturais que poderiam impulsionar as promessas de “ordem e progresso”, conforme um modelo hegemônico do capitalismo que anula a presença de outras formas de ocupação dos territórios, transformando em mercadoria pessoas, lugares e a própria natureza.



Nesse contexto, é importante destacar o trabalho de resistência e conquista de direitos de diferentes grupos sociais que há séculos lutam pelo reconhecimento, valorização, respeito à diversidade de identidades coletivas e étnicas. Tais conquistas englobam, dentre outros aspectos, o direito de acesso à educação diferenciada, que respeite as histórias, culturas, modos de viver e se entender no mundo. Nesse sentido, é preciso destacar que esse direito perpassa tanto a organização e gestão das escolas de educação básica localizadas em Terras Indígenas, como a formação em nível superior dos(as) docentes indígenas que atuarão em suas comunidades.

A proposta de formação em Licenciatura Intercultural para professores(as) indígenas (LII) está amparada na Constituição Federal de 1988, que estabelece uma nova relação entre o Estado e os povos originários, reconhecendo-lhes o direito de sua organização, de um ensino bilíngue, de manifestação cultural do seu modo de viver, de acordo com seus próprios projetos societários. Conforme previsto nos artigos 210 e 2015 da CF/88, o acesso a uma educação específica, diferenciada e intercultural deve ser garantido pelo Estado, através de projetos e ações que efetivamente assegurem o cumprimento dos diferentes dispositivos jurídicos educacionais.

A proposta do Projeto Pedagógico em LII é a oferta de um curso exclusivo para indígenas, presencial, visando a habilitação de docentes numa perspectiva intercultural e interdisciplinar, direcionada aos anos finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio de escolas indígenas e/ou aquelas que se localizam em Terras Indígenas, especialmente no que diz respeito à área de habilitação de Ciências Humanas e Sociais. Considerando o papel da escola nesses territórios, e por conseguinte o papel delegado aos(as) professores(as), a proposta formativa aqui apresentada ultrapassa a esfera da sala de aula, possibilitando o desenvolvimento de atividades de gestão, elaboração de projetos e pesquisas diretamente ligados às suas comunidades de origem, através da premissa básica de que todo(a) professor(a) é também pesquisador(a), detentor(a) de um saber-fazer único. Nesse sentido, teoria e prática são compreendidas como instâncias correlacionadas, indissociáveis do ensino, da pesquisa e da extensão. Tais iniciativas, dentre outras tantas, visam contribuir com a mudança dos dados apresentados pelo IBGE e pelo Educacenso, nos quais o acesso à educação por povos indígenas se encontram muito aquém do ideal.



Apesar da proximidade com diferentes etnias, a Universidade Federal de Rondonópolis ainda possui um baixo número de estudantes indígenas, o que pode ser associado à inexistência, até o momento, de cursos de graduação interculturais que atendam às especificidades etnográficas das comunidades do entorno e, por outro lado, pelo recém processo de emancipação e independência em relação à sua anterior tutora Universidade Federal de Mato Grosso. Mesmo não havendo graduações específicas, é preciso destacar os inúmeros projetos de pesquisa, de extensão, aulas de campo e visitas técnicas realizadas ao longo dos últimos anos pelos cursos de graduação que compõem o Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFR, em uma perspectiva dialógica de construção de conhecimentos plurais com comunidade indígena e não indígenas, comprometida com a formação crítica e de qualidade dos seus(suas) graduandos(as), futuros profissionais.

Partindo-se do pressuposto de que a cidade de Rondonópolis foi fundada em uma terra originalmente indígena, é urgente e mais do que necessário garantir aos diferentes grupos étnicos o acesso e permanência a um ensino superior diferenciado e que respeite as suas particularidades linguísticas, culturais, de saberes e modos de vida. Portanto, não se trata de uma falta de demanda, visto que diversos futuros docentes indígenas se deslocam para outros estados ou regiões do estado de Mato Grosso para terem acesso ao ensino superior diferenciado e intercultural, mas de um alinhamento efetivo que garanta os direitos constitucionais dos povos originários, no que diz respeito à formação de profissionais qualificados para atuarem em escolas indígenas e/ou situadas em Terras Indígenas.

Ampliando-se o recorte regional, é necessário destacar que a região de Rondonópolis é geograficamente estratégica quando se considera a sua proximidade com outros estados brasileiros. De acordo com o IBGE (2022), o Mato Grosso do Sul possui mais de 116 mil pessoas autodeclaradas indígenas, enquanto Goiás apresenta quase 20 mil indígenas. Nesse sentido, a criação de uma Licenciatura Intercultural Indígena na Universidade Federal de Rondonópolis tem como horizonte de expectativas atender a diferentes etnias localizadas nas áreas de fronteira entre esses três estados, assumindo-se o compromisso público com a educação gratuita, de qualidade, diversa, plural e diferenciada.

No Brasil, desde os anos 2000, foram implementadas mais de vinte licenciaturas indígenas, a maioria em Instituições de Ensino Superior localizadas nas



regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Dentre os mais próximos à Rondonópolis, destacam-se os cursos de graduação intercultural ofertados pela Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT, em Mato Grosso), a da Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD, em Mato Grosso do Sul) e a da Universidade Federal de Goiás (UFG, em Goiás). Todas elas distantes do sul do estado em, pelo menos, 400 quilômetros. Ademais, é válido destacar que cada graduação Intercultural possui as suas especificidades, pois foram elaboradas a partir de realidades socioculturais, sociolinguísticas, territoriais, de contextos ambientais e demandas distintas, devido às particularidades das etnias que buscam atender.

Para a elaboração do PPC do curso de Licenciatura Intercultural Indígena, a Comissão responsável se reuniu com lideranças indígenas de cinco etnias do Estado (Boe, Xavante, Bakairi, Tapirapé e Kanela.), bem como promoveu visitas presenciais às escolas localizadas em diferentes Terras Indígenas. A aproximação e o diálogo no momento de criação do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFR buscou, por um lado, atender o que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como a RESOLUÇÃO Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que em seu Art. 8º determina que os cursos de formação de professores(as) indígenas devem ser construídos de modo coletivo, possibilitando uma ampla participação dos povos indígenas envolvidos com a proposta formativa e a valorização dos seus conhecimentos e saberes. Por outro lado, o diálogo estabelecido permitiu conhecer as realidades e especificidades dessas etnias, especialmente no que diz respeito à oferta de ensino básico e à formação dos(as) professores(as) atuantes em escolas localizadas nas Terras Indígenas do entorno de Rondonópolis. Para tanto, além das reuniões realizadas, optou-se pela aplicação de um formulário semi-estruturado, o qual subsidiou, inclusive, a escolha pela graduação no formato de Licenciatura Intercultural.

Dos dados coletados, chamou a atenção o fato de que 50% dos respondentes não terem acessado o ensino superior (concluído ou em andamento). Por sua vez, aqueles que encontram-se em processo formativo, ou já se graduaram, pouco mais de 28% frequentaram cursos de graduação Intercultural Indígena. Dos motivos para a escolha das IES, destaca-se a questão de acesso e proximidade das comunidades (no caso de cursos não diferenciados e EAD); para os demais casos, o diferencial de um curso superior intercultural, aberto a diferentes etnias, foi um dos elementos



principais para a escolha, mesmo sendo necessário grandes deslocamentos geográficos.

Para a estruturação dos componentes curriculares, o formulário também levou em consideração quais disciplinas/conteúdos/temas deveriam ser abordados na grade curricular do curso Intercultural Indígena. Dentre as respostas, destaca-se a quantidade de respondentes que reafirmaram a importância do ensino da língua materna, dos “saberes de cada povo na sua cosmologia”, do uso de tecnologias voltadas especificamente para a educação indígena, da produção de conhecimentos indígenas e de materiais didáticos específicos. Ao lado disso, é preciso mencionar que a habilitação na área de ciências humanas e sociais, voltada para o ensino do segundo ciclo do Ensino Fundamental e Ensino Médio, foi também uma escolha coletiva defendida tanto nos encontros presenciais, como ao longo do supracitado formulário.

Por fim, no espaço livre destinado a comentários, os(as) indígenas respondentes reafirmaram a importância do acesso ao ensino superior diferenciado e o impacto para as futuras gerações: “O projeto na faculdade nos leva ao âmbito de acreditar em dias melhores para o futuro dos nossos filhos indígenas”; “Muito importante essas oportunidades para muitos indígenas que não tem condições de se deslocar”; “cursos que assegurem nossos direitos de estudar e trabalhar, pois pelas nossas diversas e diferentes campo social e política que temos, o diferencial deve ser entendido. Abrir mais salas, cursos para que alunos indígenas adentrem na Universidade”. Ao lado desses relatos, as expectativas de como o curso deveria ser elaborado também se mostrou importante na construção deste PPC: “interações aldeia e cidade conhecimento intercalada, promover espaços para pesquisas nas aldeias de acordo com o curso que estiver atuando”; “Interação aldeia e cidade”; “Ter oportunidades de pesquisas na aldeia”; “Interação com aldeia e cidade”.

Diante de todo exposto, foi a partir dessa troca profícua de conhecimentos, compreendendo as realidades e anseios de grupos tão diversos, observando os dados disponibilizados por diferentes entidades, que o PPC de Licenciatura Intercultural Indígena da UFR foi elaborado, tendo como base os dispositivos que regulamentam a oferta de formação, em nível superior, para professores(as) indígenas, bem como as especificidades e anseios das etnias participantes do processo de construção do projeto. A sistematização de todas essas informações, levaram à proposta que se delineia ao longo das próximas páginas, tanto no que diz respeito ao fluxo curricular,



como a área de habilitação, distribuição de componentes curriculares ao longo dos semestres, separação entre o tempo formativo na Universidade e na Comunidade, dentre outros.

Considerações Finais

A importância dos cursos de Licenciatura Intercultural Indígena para o estado de Mato Grosso transcende o âmbito educacional, pois está diretamente ligada à promoção de uma sociedade mais inclusiva, respeitosa e sustentável. Tais cursos não apenas atendem às necessidades educacionais dos povos indígenas, mas também fortalecem a identidade cultural e capacitam esses povos para enfrentar desafios ambientais e sociais. Mato Grosso, com sua ampla diversidade indígena, demonstra como a educação intercultural é essencial para construir um futuro em que as culturas originárias sejam reconhecidas e respeitadas como parte integrante e valiosa da identidade brasileira.

A aprovação do curso de Licenciatura Intercultural Indígena representa uma ferramenta poderosa de transformação e inclusão, consolidando os direitos dos povos indígenas e promovendo uma educação que é, ao mesmo tempo, diferenciada e integradora. Com a valorização dos saberes indígenas e a formação de profissionais capacitados, Mato Grosso e o Brasil avançam na construção de uma sociedade mais justa, plural e comprometida com o respeito às diversidades culturais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura**. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**: indígenas: primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2022.

RICARDO, Beto; RICARDO, Fany. **Povos indígenas no Brasil**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio.